

Medicina

INTEGRAÇÃO ENTRE PLANEJAMENTO URBANO E SAÚDE PÚBLICA: ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DE POÇOS DE CALDAS

Lorrayne da Silva Bastos - 2º módulo de Medicina, UFLA, iniciação científica voluntária.

Bianca Tereza de Souza Rodrigues - 3º módulo de Medicina, UFLA, iniciação científica voluntária.

Giancarla Aparecida Botelho Santos - Orientador DME, UFLA. - Orientador(a)

Resumo

O planejamento urbano é instrumento central para o desenvolvimento municipal ao organizar o território e assegurar direitos fundamentais, como o acesso à saúde. Nesse contexto, a saúde pública ganha centralidade, dada a influência do espaço urbano sobre o bem-estar da população e a eficácia das políticas públicas. Em Poços de Caldas, município do sul de Minas Gerais com população estimada em 163.742 habitantes (IBGE, 2022), tal análise adquire relevância por se tratar de um polo regional em serviços de saúde, referência para atendimentos de maior complexidade e responsável por suprir demandas de cidades vizinhas. Desse modo, falhas nesse campo repercutem além da esfera local, atingindo toda a rede de municípios que dele dependem. Para investigar essa relação, a pesquisa realizou análise documental do plano diretor da cidade, com foco em diretrizes sobre infraestrutura hospitalar, cobertura de serviços e planejamento urbano voltado à saúde. Foram também consultados dados do IBGE e do DATASUS, a fim de verificar se as políticas urbanas correspondem às demandas sociais e asseguram, de fato, o direito à saúde previsto na Constituição de 1988. Nessa conjuntura, a área da saúde do plano diretor de Poços de Caldas tem como finalidade o pleno aproveitamento de todos os recursos já disponíveis. Além disso, revelam avanços importantes, como a criação de um núcleo de epidemiologia, pesquisa e informação e a geração de um serviço de informação e controle das ações de saúde no centro urbano, que fornecerá instrumentos para a elaboração do plano municipal de saúde. Poços de Caldas apresentou uma taxa de 3,21 leitos por mil habitantes, pouco superior ao parâmetro nacional recomendado (2,5 a 3). Entretanto, a predominância de leitos privados (1,75 por mil habitantes) sobre os públicos (1,46 por mil habitantes) evidencia que, embora o território municipal disponha de uma infraestrutura significativa, o acesso não é igualmente garantido a toda a população, perpetuando a desigualdade no cuidado. Portanto, conclui-se que o Plano Diretor de Poços de Caldas avança ao reconhecer a saúde como eixo do desenvolvimento urbano, mas ainda enfrenta desafios para converter diretrizes em práticas equitativas. A análise evidencia que políticas urbanas só se efetivam ao superar desigualdades e garantir o direito à saúde além do texto legal. Assim, o estudo destaca a importância de integrar planejamento urbano e saúde pública na construção de cidades com melhor infraestrutura em saúde.

Palavras-Chave: SUS, Leitos, Saúde.

Instituição de Fomento: Universidade Federal de Lavras

Link do pitch: <https://youtu.be/bdZ5bMCKoCA?feature=shared>